

RELATÓRIO DE ATUAÇÃO DO CEAF EM 2010



■ ■ Apresentação

O Centro de Estudos e Aperfeiçoamento Funcional – CEAF - é órgão auxiliar do Ministério Público, vinculado administrativamente à Secretaria-Geral e é regido pela legislação aplicável e pelo seu Regimento Interno.

Em 2010, diretamente ou por meio de parcerias com outras áreas, o CEAF participou do aprimoramento cultural e profissional dos membros e servidores do Ministério Público com o intuito de elevar os padrões técnicos e científicos dos serviços prestados pela Instituição.

Atualmente, o CEAF conta com uma infraestrutura própria capaz de atender as demandas institucionais por cursos, encontros, palestras e outras atividades similares. Suas novas instalações, ocupadas no ano passado, possuem um auditório que acomoda 70 pessoas, 2 salas de aula com 40 lugares cada, 2 salas de aula com 30 lugares cada, 2 laboratórios de informática com 16 computadores cada, além de um espaço de convivência e salas de estudos. A estrutura comporta ainda sala de reuniões e as salas de trabalho das pessoas alocadas no CEAF: o Diretor e os demais servidores, distribuídos em duas unidades administrativas. Esse espaço equipado com modernos recursos técnicos representa o

reconhecimento da importância do desenvolvimento de membros e servidores e a preocupação da Instituição em proporcionar condições que favoreçam o processo de aprendizagem.

Em relação à Gestão Estratégica do Ministério Público, em 2010 o CEAF manteve-se focado no objetivo estratégico Desenvolver e Gerir Competências dando continuidade a dois projetos inseridos e priorizados no mapa estratégico da Instituição. São eles:

- EaD CEAF - Tecnologia para educação a distância: criar uma plataforma de educação a distância e possibilitar maior alcance aos projetos de educação, principalmente ao interior do Estado.
- Reformulação do Programa de Formação de Gestores: propor novos conteúdos, módulos e metodologias, focando nas temáticas de gestão que são consideradas os principais focos no aperfeiçoamento funcional, entendendo-as como essenciais ao bom funcionamento da Instituição.

Para o Plano Anual de Educação Institucional de 2010 foram incluídos os projetos educacionais previstos para o ano em referência. Os projetos



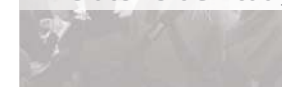
Prédio do Centro de Estudos e Aperfeiçoamento Funcional



Relatório de Atuação do CEAF em 2010

foram definidos com base no levantamento de necessidades educacionais realizado pela equipe do CEAF junto às áreas da Instituição e distribuídos nos seguintes Programas Educacionais: Direito, Atuação Ministerial, Interação com a Sociedade, Integração de Novos Servidores, Formação de Gestores, Língua Portuguesa, Informática Usuário, Informática Desenvolvedor, Assessoramento Técnico, Áreas Administrativas, Atendimento, Pós-Graduação e Outras Demandas. O critério utilizado para classificar os projetos dentro de um determinado Programa Educacional baseou-se especialmente nos objetivos traçados.

Os principais projetos educacionais desenvolvidos pelo CEAF no ano de 2010 são destacados conforme breve relato a seguir.



■ ■ Sumário

- 5... Programa de Direito
- 7... Programa de Atuação Ministerial
- 15... Programa de Interação com a Sociedade
- 16... Programa de Integração de Novos Servidores
- 17... Programa de Formação de Gestores
- 18... Programa de Língua Portuguesa
- 19... Programa de Informática Usuário
- 22... Programa de Informática Desenvolvedor
- 24... Programa de Assessoramento Técnico
- 26... Programa de Atendimento
- 28... Programa de Áreas Administrativas
- 32... Programa de Pós-Graduação
- 33... Programa: Outras Demandas
- 35... Considerações Finais



Programa de Direito

Atualização em Direito Cível e Penal

Inicialmente com foco na capacitação dos Promotores-Corregedores, o projeto educacional foi revisto e ampliado com a finalidade de oportunizar atualização em importantes temas do Direito Civil e Penal a outros Promotores de Justiça e também a assessores com atuação na área jurídica.

O projeto foi organizado em parceria com a Fundação Escola Superior do Ministério Público (FMP) e contou com diversos assuntos do Direito divididos em cinco áreas temáticas: Reformas do Código de Processo Penal, Alterações do Código

Penal, Alterações do Código de Processo Civil, Nova Lei de Convivência Familiar e Alterações do Direito da Família e Falências e Recuperação Judicial e Mandado de Segurança Cível. Para tanto, facilitadores, com experiência e atuação reconhecida nas funções de Promotor de Justiça, Juiz e Advogado, foram selecionados pela FMP. Atuaram no projeto o(a)s doutore(a)s: Airton Zanatta; Daniel Rubin; Ernesto Toniollo; Fabiano Dallazen; Fernanda Rabello; Gilberto Thums; Jaqueline Mielke; Mauro Fonseca Andrade e Thomas Muller.

Curso	Realização	Carga Horária	Nº partic.
Reformas do Código de Processo Penal	9 e 10 de agosto	12 horas	24
Alterações do Código Penal e Violência Doméstica	16 e 17 de agosto	16 horas	26
Alterações do Código de Processo Civil	23 e 24 de agosto e 13 de setembro	16 horas	27
Nova Lei de Convivência Familiar e Alterações do Direito de Família	15 e 17 de setembro	16 horas	26
Falências e Recuperação Judicial e Mandado de Segurança Cível	21, 27 e 28 de setembro	16 horas	20



Alterações do Código Penal e Violência Doméstica



Alterações do Código de Processo Civil



Falências e Recuperação Judicial e Mandado de Segurança Cível



A Ordem Jurídico-Urbanística Brasileira às Vésperas dos 10 Anos do Estatuto da Cidade: Avanços e Desafios

A atividade do CEAF, com destaque ao programa de pós-graduação da faculdade de Direito da FMP, teve por objetivo oportunizar uma reflexão acerca dos avanços e desafios da ordem jurídico-urbanística no Brasil após quase 10 anos de aprovação do Estatuto da Cidade. Para tanto, contou-se com a presença do palestrante Edésio Fernandes, professor do Development Planning Unit/DPU da University College London (Inglaterra), da Teaching Faculty do Lincoln Institute of Land Policy em Cambridge MA (EUA), membro do Grupo Consultivo sobre Despejos Forçados da ONU-Habitat e professor visitante em duas universidades brasileiras, entre outras funções.

Realização: 28 de setembro

Carga Horária: 4 horas

Nº de participantes: 35

Local: CEAF

Bill of Rights – A Carta de Direitos e Garantias Individuais

Propiciar o estudo do constitucionalismo nos Estados Unidos da América, mediante análise histórica das transformações que redundaram na atual estrutura constitucional, com enfoque nos direitos humanos, nos conflitos sociais e nas transformações econômicas, foi o objetivo da palestra ministrada pelo Procurador de Justiça Dr. Luiz Inácio Vigil Neto, Mestre em Direito Internacional de Comércio pela Escola de Direito da Universidade da Califórnia - Davis/EEUUA. O evento contou com a presença de membros que atuam na área de Direitos Humanos, Promotores das Promotorias Especializadas de Direitos Humanos e demais Promotores, Procuradores de Justiça e Servidores com atuação na área jurídica.

Realização: 18 de outubro

Carga Horária: 6 horas

Nº de participantes: 24

Local: CEAF



A Ordem Jurídico-Urbanística Brasileira às Vésperas dos 10 Anos do Estatuto da Cidade: Avanços e Desafios



A Ordem Jurídico-Urbanística Brasileira às Vésperas dos 10 Anos do Estatuto da Cidade: Avanços e Desafios



Bill of Rights - A Carta de Direitos e Garantias Individuais



Programa de Atuação Ministerial

Encontro Estadual - Construindo uma Nova Gestão no Ministério Público

A Administração Superior desenvolveu projeto voltando-se à ideia de descentralização da gestão no Ministério Público do Rio Grande do Sul. Despontaram, por isso, os objetivos de proporcionar maior transparência na gestão dos recursos e de democratizar a tomada das decisões, como ilustrão a criação do Conselho de Gestão Compartilhada e a estruturação de um sistema composto por diretores de Promotorias de Justiça.

Nesse contexto, foi fundamental agregar os membros do Ministério Público numa profunda reflexão orientada a delinear diretrizes, alinhar-se às novas perspectivas e avaliar repercussões em áreas especializadas da atuação ministerial. Foi por este motivo que o Centro de Estudos e Aperfeiçoamento Funcional organizou um encontro estadual, entendendo-o como lugar para a criação de um ambiente propício ao surgimento de profícuos debates, para a reflexão e para construção dos alicerces deste projeto de gestão no Ministério Público.

Para atingir o seu objetivo, realizou-se o evento em três dias. No primeiro dia, o escritor e cartunista Luciano Pires, palestrante de renome nacional, proferiu a Palestra “O Meu Everest”, apresentação feita em muitas instituições públicas e privadas brasileiras. Logo em seguida, na manhã do segundo dia, foi a vez da jornalista e administradora Patrícia Marins, que presta consultoria e capacitação na área para Promotores e Procuradores desde 2006, falar sobre “A importância da comunicação”. No mesmo dia, na parte da tarde, várias atividades ocorreram. Um grupo dedicou-se a oficinas temáticas com propostas dos Centros de Apoio Operacional para a regionalização. Outro grupo seguiu no evento assistindo a apresentação da Diretora-Geral, Janete Menezes Fagundes, intitulada “Ferramentas de Compartilhamento da Gestão no Ministério Público”. Em seguida, o mesmo grupo participou da palestra “Gestão de Coletivos e o Compartilhamento de Responsabilidades: O Desafio da Criação de Atitudes” proferida pela Sra. Patrícia Kirst, Doutora em Educação e psicóloga. No último dia, finalizando o projeto, realizou-se a reunião extraordinária do Conselho de Gestão Compartilhada, com a apresentação dos resul-



Encontro Estadual - Construindo uma Nova Gestão no Ministério Público



Encontro Estadual - Construindo uma Nova Gestão no Ministério Público



Encontro Estadual - Construindo uma Nova Gestão no Ministério Público



tados obtidos nas oficinas sobre regionalização, processo coordenado pelo Dr. Delmar Pacheco da Luz, Subprocurador para Assuntos Administrativos.

Realização: 26 a 28 de maio

Carga-horária: 9 horas

Nº de participantes: 119

Local: Dall'Onder Grande Hotel, em Bento Gonçalves - RS

Encontros Regionais Eleitorais

Com a necessidade de promover atualização legal dos Promotores Eleitorais, em virtude da Lei nº 12.034/09 e instruções do TSE (procedimentos eleitorais, prazos e instrumentalização de provas, entre outros), tornou-se imprescindível a realização de uma capacitação específica sobre o assunto. Sendo assim, realizaram-se seis encontros presenciais, organizados conjuntamente pelo CEAF e pelo Gabinete de Assessoramento Eleitoral, com a participação de um qualificado grupo de painelistas e palestrantes ligados ao tema.

A abertura dos eventos foi realizada pelo Promotor de Justiça José Francisco Seabra Mendes Júnior, Coordenador do Gabinete de Assessoramento Eleitoral. Dentre os muitos momentos da capacitação, destacam-se as apresentações “Tra-

balho conjunto entre a Procuradoria Regional Eleitoral (PRE) e os Promotores Eleitorais”, com a participação do Procurador Regional Eleitoral Carlos Augusto da Silva Cazarré; “Propaganda eleitoral” apresentada pelo Ex-Procurador Regional Eleitoral Dr. Francisco de Assis Vieira Sanseverino e pelo Dr. Cazarré em outras duas oportunidades; “Inovações da Lei Eleitoral”, palestra proferida pelo Desembargador Luiz Felipe Silveira Difini, Presidente do Tribunal Regional Eleitoral; e “Propaganda Eleitoral Antecipada”, conduzida pelo Ministro do Tribunal Superior Eleitoral Joelson Dias. Além disso, durante os encontros, atuaram como painelistas o doutor Gilmar Possa Maroneze, Procurador de Justiça, e os doutores Rodrigo López Zílio e José Francisco Seabra Mendes Júnior, Promotores de Justiça.

Realização: maio, junho, julho

Carga Horária: 7 horas

Nº de participantes: 157

Local: Ijuí, Passo Fundo, Porto Alegre e Santa Maria



Encontros Regionais Eleitorais



Encontros Regionais Eleitorais



Encontros Regionais Eleitorais



A Prevenção nas Relações de Consumo e o Papel do MP no Setor de Energia Elétrica

Promover debates sobre a questão da responsabilidade na prevenção de problemas na distribuição de energia elétrica, em virtude de alterações nos níveis de tensão que danificam os aparelhos domésticos ou causam interrupções no serviço, foi o objetivo do Centro de Apoio Operacional de Defesa do Consumidor para a construção do projeto. Está alinhado ao objetivo estratégico “Atuar na prevenção e repressão dos danos ao consumidor” da Gestão Estratégica.

Para atingir o objetivo, o projeto foi dividido em dois momentos. Na parte da manhã, o tema “Negociação e Prevenção como Instrumento de Efetividade” foi apresentado pelo Dr. Paulo Valério Dal Pai Moraes, Procurador de Justiça do Ministério Público do Rio Grande do Sul. Na parte da tarde, organizou-se o painel “Propostas técnicas para prevenção de problemas decorrentes do fornecimento da energia elétrica”, com a participação dos debatedores Pedro Bisch Neto, Conselheiro da AGERGS, Nilton Telichevesky, Gerente de energia da AGERGS, e demais representantes das concessionárias de energia elétrica de cada região (AES SUL, RGE e CEEE). Por último, ao final do evento, fez-se uma grande plenária para o compartilhamento

de ideias e conclusões e o encaminhamento e verificação das possibilidades de adoção de providências nas respectivas comarcas.

Realização: 19 de março

Carga Horária: 8 horas

Nº de participantes: 27

Local: CEAf

Ministério Público do Estado, Tribunal de Contas do Estado e Ministério Público de Contas – Integração para a Defesa do Patrimônio Público

Qualificar os Promotores de Justiça da área de combate à improbidade administrativa e para atuação em defesa do patrimônio público foi o objetivo do Centro de Apoio Operacional Cível e de Defesa do Patrimônio Público na construção do projeto.

Com a participação de Promotores de Justiça com atribuições na defesa do patrimônio público do Rio Grande do Sul, o encontro foi dividido em três palestras realizadas em um único dia de evento. Pela manhã, o Dr. Valtuir Nunes Pereira, Auditor Público Externo do TCE, proferiu a palestra “Organização do Tribunal de Contas e atuação conjunta com o MP”. Durante a tarde, os



A Prevenção nas Relações de Consumo e o Papel do MP no Setor de Energia Elétrica



A Prevenção nas Relações de Consumo e o Papel do MP no Setor de Energia Elétrica



MPRS, Tribunal de Contas do Estado e MP de Contas - Integração para a Defesa do Patrimônio Público



doutores Geraldo Da Camino, Procurador-Geral do MP de Contas, e Pedro Gabriel Kenne da Silva, Vice-Presidente de Relações Institucionais do Conselho Regional de Contabilidade do RS, palestraram sobre os temas “Organização do Ministério Público de Contas e atuação conjunta com o MP” e “Controle Social da Gestão Pública”, respectivamente.

Realização: 18 de junho

Carga Horária: 4 horas

Nº de participantes: 38

Local: CEAF

Técnica Operacional de Entrevista em Apoio às Atividades do Ministério Público

Demandado pelo NIMP/RS - Núcleo de Inteligência do Ministério Público, o curso foi estruturado com a finalidade de capacitar os membros do Ministério Público em técnica de entrevista, importante recurso operacional de inteligência no cotidiano do Promotor de Justiça Criminal.

A atividade educacional contou com várias metodologias, como palestras, discussões dirigidas, trabalhos em equipes e atividades práticas. No encaminhamento dos trabalhos, à frente do grupo de Promotores de Justiça que partici-

param do curso, estava o Sr. Jorge Alberto Forrer Garcia, Coronel da Reserva do Exército com mais de vinte anos de experiência em atividades de inteligência, tendo sido instrutor e comandante da Escola de Inteligência Militar do Exército (ES-IMEX).

Realização: 22 a 24 de setembro

Carga Horária: 17 horas

Nº de participantes: 25

Local: CEAF

Evocando os 20 Anos do Estatuto da Criança e do Adolescente – Desafios e Perspectivas

Em face da necessidade de novo marco normativo infraconstitucional, editou-se a Lei no. 8.069, de 13 de julho de 1990, o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), com o objetivo da plena efetivação de todos os direitos fundamentais assegurados à população infantojuvenil pela Carta Magna.

Transcorridos vinte anos de vigência do ECA, mostrou-se oportuno avaliar os acertos e os erros, conhecer e compartilhar experiências em torno do tema. Assim sendo, idealizou-se este projeto com palestras, painéis e debates que envolveram Procuradores e Promotores de Justiça que atuam na área da Infância e Juventude.



Técnica Operacional de Entrevista em Apoio às Atividades do Ministério Público



Evocando os 20 Anos do Estatuto da Criança e do Adolescente – Desafios e Perspectivas



Evocando os 20 Anos do Estatuto da Criança e do Adolescente – Desafios e Perspectivas



Relatório de Atuação do CEAF em 2010 10

Durante todo o dia de evento, ocorreram as palestras dos senhores Paulo Egon Wiederkehr, professor e Assessor Especial do Ministério da Educação, e Murillo José Digiácomo, Promotor de Justiça do Estado do Paraná; a apresentação do “Projeto Pai? Presente!” pelos senhores Luiz Fernando Oderich, da ONG Brasil Sem Grades, e Charles Emil Machado Martins, Promotor de Justiça de São Sebastião do Caí; e o painel “Reordenamento dos programas de acolhimento institucional e familiar frente à Lei no. 12.010/2009 e a normativa do CNJ” com a participação do Dr. Neidemar Fachinetto e da Dra. Velela Dobke, ambos Promotores de Justiça, e das senhoras Angelita Camargo, Assistente Social do Poder Judiciário, Mirela de Cintra, Psicóloga da FASC e Silvia Tejedas, Assistente Social da Divisão de Assessoramento Técnico do MP. Nos intervalos das atividades realizaram-se ainda debates mediados pela Dra. Maria Ignez Franco Santos, Procuradora de Justiça e Coordenadora do CAO Infância e Juventude.

Realização: 15 de outubro

Carga Horária: 6 horas

Nº de participantes: 23

Local: CEAF

Desafios da Regularização Fundiária

Idealizado pelo Centro de Apoio Operacional da Ordem Urbanística e Questões Fundiárias, este projeto buscou o compartilhamento de conhecimentos e experiências sobre os assuntos relacionados às formas de regularização fundiária. As palestras ocorreram em um único dia de evento tendo como temas os “Aspectos legais da regularização fundiária” e a “Regularização fundiária de acordo com a Lei nº 11.977, de 07 de julho de 2009”, proferidas pelos senhores Ivan Carneiro Castanheiro, Promotor de Justiça de São Paulo, e João Pedro Lamana Paiva, Registrador/Tabelião de Protestos de Títulos em Sapucaia do Sul, respectivamente.

Pela tarde, ocorreu a assinatura do Termo de Cooperação entre o Ministério Público do Rio Grande do Sul e o Colégio Registral, com a presença da Dra. Simone Mariano da Rocha, Procuradora-Geral de Justiça, e do Dr. Mário Mezzari, Presidente do Colégio Registral do Rio Grande do Sul. Logo em seguida, o evento continuou com a realização de oficinas para a discussão do tema.

Realização: 6 de agosto

Carga Horária: 5 horas

Nº de participantes: 39

Local: CEAF



Desafios da Regularização Fundiária



Desafios da Regularização Fundiária



Seminário de Capacitação em Direitos Humanos

O Seminário de Capacitação partiu de proposta feita pelo Centro de Apoio Operacional dos Direitos Humanos com o objetivo de desenvolver uma visão crítica e reflexiva sobre conceitos e a fundamentação dos Direitos Humanos no contexto das demandas atuais; de debater e opinar sobre projetos em andamento, tais como o fortalecimento do controle social através da Regularização dos Conselhos Municipais de Saúde e da Capacitação desses conselheiros; de conhecer as atividades do Grupo de Trabalho da Saúde, equipe especializada recentemente designada, sobre a Programação Pactuada Integrada (PPIs), acesso a medicamentos, entre outros; e de intensificar e ampliar o diálogo entre os promotores e procuradores do Ministério Público Estadual e a sociedade civil organizada.

No primeiro dia, a palestra de abertura contou com a presença do Dr. Cláudio Barros Silva, Procurador de Justiça do Ministério Público do Rio Grande do Sul e conselheiro do Conselho Nacional do Ministério Público. Já no segundo dia, a palestra de abertura foi realizada pelo Sr. Dalmo de Abreu Dallari, jurista e professor da USP.

Os painelistas presentes foram o(a)s senhora(s): Valdemar Pernambuco, professor; Sueli Gandolfi Dallari, Professora da USP; Paulo César Carbonari, Conselheiro do Movimento

Nacional de Direitos Humanos e professor do Instituto de Filosofia Berthier; Selenir Corrêa Gonçalves Kronbauer, professora, Mestre em Teologia/Religião e Educação, Coordenadora Pedagógica Rede CNEC, Faculdades EST, Estância Velha –RS; Dr. Humberto Jacques, Procurador da República; Dr. Francesco Conti, Promotor de Justiça e Coordenador do Centro de Apoio Operacional dos Direitos Humanos; Dr. Rodrigo Schoeller de Moraes, Dra. Marinês Assmann, Dr. Paulo Roberto Gentil Charqueiro, Adrio Rafael Paula Gelatti, Promotores de Justiça; e Silvia da Silva Tejedas, Assistente Social do Ministério Público do Rio Grande do Sul.

Realização: 08 e 09 de abril

Carga Horária: 12 horas

Nº de participantes: 34

Local: CEAf

Temas Relevantes do Júri

Decorridos mais de dois anos da entrada em vigor das leis que alteraram o Código de Processo Penal, no que se refere ao procedimento do Júri, mostrou-se necessária a discussão das alterações legislativas postas em prática até o momento. Desse modo, organizou-se este projeto, com a idealização do Centro de Apoio Operacional Criminal, área responsável pelo apoio técnico à atuação do Ministério Público na esfera



Seminário de Capacitação em Direitos Humanos



Seminário de Capacitação em Direitos Humanos



Temas Relevantes do Júri



Relatório de Atuação do CEAf em 2010 12



criminal.

O encontro, realizado nas dependências do CEAF, contou com a presença de pessoas renomadas na temática proposta. Na parte da manhã, falaram aos participantes o Procurador de Justiça do Ministério Público de São Paulo, Dr. Edilson Mougenot Bonfim, o Promotor de Justiça aposentado Cláudio Brito, o jornalista Daniel Scola e o Delegado titular do Departamento de Investigações Criminais (DEIC), Dr. Ranolfo Vieira Júnior. Suas participações versaram sobre os temas “O Promotor de Júri hoje”, “O Ministério Público, o Júri e a exposição midiática: o equilíbrio e o excesso” e “Providências investigatórias iniciais em delitos de homicídio”.

No segundo dia, tivemos as apresentações de Eliana Sarres Pessoa, Diretora do Departamento de Criminalística do IGP; Jorge Trindade, Procurador de Justiça aposentado; Fabiano Dallazen, Promotor de Justiça, Coordenador do CAOCRIM; e Silvio Munhoz, Promotor de Justiça da Promotoria do Tribunal do Júri de Porto Alegre. Entre os temas discutidos estavam o “Levantamento do Local, Reconstituição do crime e outras perícias importantes no Tribunal do Júri” e a “Psiquiatria Forense”.

No último dia, versou-se sobre os temas “Instrução Processual”, “Quesitação”, “Atuação no plenário: a visão da defesa” e “O Ministério

Público no plenário: interior e capital”. À frente das palestras proferidas estavam, respectivamente, o(a)s senhora(a)s Lúcia Helena Calegari, Promotora Justiça da Promotoria do Júri de Porto Alegre; Aramis Nassif, Desembargador do Tribunal de Justiça do RS; Jader Marques, Advogado; e Marcelo Ribeiro, Procurador de Justiça.

Realização: 26 a 28 de outubro

Carga Horária: 19 horas

Nº de participantes: 37

Local: CEAF

Encontro Estadual do Ministério Público do RS Sobre Meio Ambiente - Ações Institucionais para um Futuro Sustentável

Diante dos desafios crescentes da sustentabilidade ambiental e da necessidade de ações preventivas e corretivas voltadas à proteção, promoção e melhoria da qualidade do meio ambiente, realizou-se este encontro estadual, como momento destinado a estimular a construção de experiências judiciais e extrajudiciais na defesa da natureza, possibilitando a troca de experiências entre os diversos setores do Ministério Público que atuam na busca por uma sociedade socialmente justa, economicamente viável e ambientalmente sustentável.



Temas Relevantes do Júri



Encontro Estadual do MPRS sobre Meio Ambiente - Ações Institucionais para um Futuro Sustentável



Encontro Estadual do MPRS sobre Meio Ambiente - Ações Institucionais para um Futuro Sustentável



No primeiro dia de evento, aconteceu a palestra de abertura “O MP como Instituição de Garantia no ‘Novo’ Processo Civil”, proferida pelo Promotor de Justiça do Estado do Espírito Santo Dr. Hermes Zanetti Junior, Mestre e Doutor em Direito Processual pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Na manhã do dia seguinte, foi a vez da participação do Coordenador do Centro de Apoio Operacional de Defesa do Meio Ambiente, Dr. Júlio Alfredo de Almeida, com a exposição do projeto “Ações em Meio Digital”. Na sequência, o doutor Paulo Eduardo de Almeida Vieira, Promotor de Justiça de Estância Velha, e o servidor Jackson Müller, biólogo, apresentaram o case “Rio dos Sinos – O que não se pode esquecer”. Fechando o evento na parte da manhã, o advogado e professor da Universidade Metodista de Piracicaba (UNIMEP), Dr. Paulo Affonso Leme Machado, palestrou sobre “Áreas Contaminadas e Política Nacional de Resíduos Sólidos”. Esse primeiro dia terminou, na parte da tarde, com a realização das oficinas da 57ª reunião do Conselho de Defesa do Meio Ambiente. No dia seguinte, último dia do evento, reservou-se espaço à apresentação das oficinas e propostas institucionais relativas às questões do meio ambiente.

Por último, cabe registrar que, simultaneamente à programação principal, o CEAF organizou um espaço destinado à apresentação de

vídeos de educação ambiental, de projetos e cartilhas educacionais, de cursos em ambiente virtual de aprendizagem e de materiais gráficos de projetos institucionais diversos. Chamada de Sala Interativa, esse espaço esteve aberto à visita dos participantes durante toda a realização do Encontro.

Realização: 24 a 26 de novembro

Carga Horária: 10 horas

Nº de participantes: 69

Local: Hotel Continental, em Canela - RS



Encontro Estadual do MPRS sobre Meio Ambiente - Ações Institucionais para um Futuro Sustentável



Encontro Estadual do MPRS sobre Meio Ambiente - Ações Institucionais para um Futuro Sustentável



Programa de Interação com Sociedade

É objetivo estratégico do Ministério Público do Rio Grande do Sul intensificar sua comunicação com a sociedade, com vistas a ser reconhecido como instituição efetiva na transformação da realidade social. Com este objetivo em foco, o Memorial do Ministério Público promoveu um

ciclo de palestras sobre diversos temas de interesse institucional para o qual coube ao CEAF certificar os participantes. O projeto buscou atingir membros e servidores do Ministério Público, o meio acadêmico e interessados em geral. A saber:

Palestra	Realização	Carga Horária	Nº partic.
Justiça Terapêutica: um programa judicial de redução do dano social	25 de março	3 horas	46
Política Nacional de Saúde Mental	29 de abril	2 horas	45
Diálogos Imemoriais: Freud e Goethe	06 de abril	2 horas	20
Diálogos Imemoriais: Freud e Shopenhauer	1º de junho	2 horas	19
Diálogos Imemoriais: Freud e Lou Andreas Salomé	03 de agosto	2 horas	16
Diálogos Imemoriais: Freud e Shiller	05 de outubro	2 horas	11
Diálogos Imemoriais: Freud e Thomas Mann	07 de dezembro	2 horas	12





Programa de Integração de Novos Servidores

O Programa de Integração de Novos Servidores foi desenvolvido para aqueles servidores que ingressam no Ministério Público do Estado do Rio Grande do Sul, tendo como objetivo proporcionar a sua integração e fazer com que

eles passem por um processo de acultramento desde o início do exercício de suas atividades.

Em 2010, todos os servidores nomeados foram convocados a participar do programa. Assim sendo, foram 171 participantes.

Projetos Educacionais	Turmas	Realização	Carga Horária	Nº partic.	Local
Curso de Integração de Assessores Jurídicos	Turma 1	03 a 07 de maio	40 horas	16	CEAF/Porto Alegre
	Turma 2	29 de novembro a 03 de dezembro	40 horas	34	CEAF/Porto Alegre
Curso de Integração de Assistentes de Promotoria	Turma 1	03 a 07 de maio	40 horas	25	CEAF/Porto Alegre
	Turma 2	29 de novembro a 03 de dezembro	40 horas	17	CEAF/Porto Alegre
Curso de Integração de Secretários de Diligência	Turma 1	17 a 21 de maio	40 horas	25	CEAF/Porto Alegre
	Turma 2	29 de novembro a 03 de dezembro	40 horas	10	CEAF/Porto Alegre
Curso de Integração de Agentes Administrativos	Turma 1	17 e 18 de maio	16 horas	21	CEAF/Porto Alegre
	Turma 2	30 e 31 de agosto	40 horas	11	CEAF/Porto Alegre
Curso de Integração de Cargos Diversos	Única	17 de maio	3 horas e 30 minutos	12	CEAF/Porto Alegre



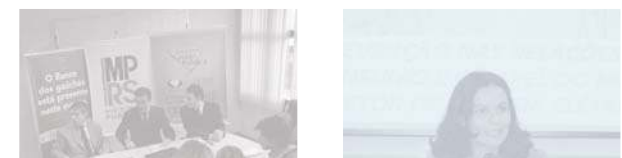
Programa de Integração de Novos Servidores



Programa de Integração de Novos Servidores



Programa de Integração de Novos Servidores



Programa de Formação de Gestores

O Programa de Formação de Gestores do Ministério Público do RS segue uma tendência do mundo corporativo atual, onde programas de educação continuada possibilitam a disseminação do conhecimento, a atualização permanente e o aperfeiçoamento de habilidades de gestores. Em sua reformulação, novos eixos e temas foram contemplados e os cursos propostos divididos entre duas dimensões complementares: a habilidade requerida e o nível de aprofundamento.

Para 2010, em parceria com a Escola Nacional de Administração Pública (ENAP) do Governo Federal, foram realizados três cursos do subtema “Administração Pública”, incluídos no programa com o objetivo de preparar os gestores com conteúdos mínimos que todo administrador público precisa conhecer. Os cursos, disponibilizados por meio da metodologia do ensino a distância (EaD), contaram com a participação de 184 membros e servidores.

Projetos Educacionais	Turmas	Realização	Carga Horária	Nº partic.
Ética e Serviço Público	Turma 1	26 de abril a 17 de maio	10 horas	36
	Turma 2	23 de agosto a 13 de setembro		42
Legislação Aplicada à Logística de Suprimentos – Lei 8.666	Turma 1	21 de junho a 12 de julho	26 horas	32
	Turma 2	18 de outubro a 08 de novembro		41
Orçamento Público: Elaboração e Execução	Única	13 de setembro a 11 de outubro	35 horas	33



Programa de Língua Portuguesa

Por entender que a maioria dos que trabalham no Ministério Público necessitam de aperfeiçoamento nas técnicas de comunicação em língua portuguesa, o CEAF reuniu cinco módulos distintos neste programa com o objetivo de promover o aperfeiçoamento contínuo e a atualização de membros e servidores da instituição, visando à produção de textos claros, precisos, coerentes, coesos e gramaticalmente corretos.

Foram utilizados os recursos de ensino a dis-

tância através dos ambientes virtuais de aprendizagem do DOKEOS e do MOODLE, plataformas utilizadas pelo CEAF. Este programa é o exemplo mais concreto da grande abrangência que é possível se obter nos cursos à distância, pois teve 843 participantes nos 5 módulos disponibilizados e distribuídos em 7 turmas. A modalidade foi assíncrona em todos os módulos, porém havia a tutoria através dos fóruns por parte da assessora em letras, Gerlinda Jähn Peukert, lotada no CEAF.

Projetos Educacionais	Turmas	Realização	Carga Horária	Nº partic.
Análise Sintática	Turma 1	08 de março a 16 de abril	20 horas	184
	Turma 2	16 de agosto a 24 de setembro		129
A Linguagem do Texto Jurídico	Turma 1	19 de abril a 28 de maio	20 horas	171
	Turma 2	27 de setembro a 05 de novembro		133
Verbos	Única	31 de maio a 18 de junho	10 horas	71
Concordância Nominal e Verbal - Regência Nominal e Verbal	Única	19 de julho a 13 de agosto	15 horas	55
Redação Oficial	Única	08 a 26 de novembro	10 horas	81





Programa de Informática Usuário

Sistema Gerenciador de Promotorias (SGP)

O Sistema Gerenciador de Promotorias - SGP destina-se ao registro e acompanhamento das atividades do Ministério Público no exercício de suas funções constitucionais objetivando organizar o andamento de peças judiciais e extra-judiciais no âmbito das Promotorias de Justiça. Assim sendo, este projeto foi desenvolvido para capacitar membros e servidores que operam o sistema, conforme as necessidades levantadas por meio de solicitações feitas diretamente ao CEAF e de relatório da Comissão de Estágio Probatório.

A oportunidade foi estendida a membros e servidores da Capital e Interior, conforme as necessidades apontadas pela Comissão de Administração do Sistema de Gerenciamento de

Promotorias.

Foram realizadas 13 turmas ao longo do ano, no CEAF, e que foram ministradas pelos servidores: Heloisa Regina Rohenkohl do Canto, Técnica Superior de Informática lotada na Unidade de Apoio ao Usuário; Jaqueline de Lima Rosário, Agente Administrativo lotada na Promotoria de Justiça Criminal de Alvorada; Rafael Leonardo Boessio, Assessor Bacharel em Ciências Jurídicas e Sociais lotado na Promotoria de Justiça Cível de Pelotas; Marinez Fátima Stefanello, Agente Administrativo lotada na Promotoria de Justiça de Horizontina; e Edson Avelino Bernardi Viana, Técnico de Informática lotado na Unidade de Apoio ao Usuário.



Sistema Gerenciador de Promotorias



Sistema Gerenciador de Promotorias



Sistema Gerenciador de Promotorias



Turmas	Carga Horária	Público-alvo	Realização	Nº partic.
Turma 1	24 horas	Facilitadores	08 a 10 de março	7
Turma 2		Membros e Servidores	12 a 14 de abril	15
Turma 3		Servidores	03 a 05 de maio	15
Turma 4		Membros	12 a 14 de maio	9
Turma 5		Servidores	12 a 14 de julho	13
Turma 6		Membros	02 a 04 de agosto	14
Turma 7		Servidores	16 a 18 de agosto	14
Turma 8		Servidores	01 a 03 de setembro	15
Turma 9		Membros	04 a 06 de outubro	10
Turma 10		Membros e Servidores	25 a 27 de outubro	14
Turma 11		Servidores	16 a 18 de novembro	13
Turma 12		Servidores	16 a 18 de novembro	13
Turma 13		Servidores	13 a 15 de dezembro	16





Sistema de Protocolo Unificado (SPU)

O Sistema de Protocolo Unificado – SPU - do Ministério Público surgiu como solução para os diversos problemas encontrados no que tange ao acesso à informação. Para que esse intuito seja alcançado é fundamental que as pessoas estejam aptas a utilizar o sistema e conhecer suas funcionalidades da melhor forma possível. Daí a necessidade de aprofundamento nas questões relativas ao serviço e Sistema de Protocolo Unificado.

Foram realizadas 2 turmas, em Porto Alegre, que contaram com a participação de 27 pessoas. A participação estava condicionada, como pré-requisito, a realização do curso a distância de SPU disponibilizado na INTRANET. Os facilitadores foram as servidoras Heloisa Regina Rohenkohl do Canto, da Unidade de Apoio ao Usuário e Carmem Celia Vieira dos Santos, da Unidade Central de Distribuição e Diligências.

Turmas	Realização	Nº partic.
Turma 1	16 de abril	15
Turma 2	16 de setembro	12



Sistema de Protocolo Unificado



Sistema de Protocolo Unificado



Programa de Informática Desenvolvedor

Os projetos deste programa têm por objetivo primordial desenvolver conhecimentos específicos de informática, tais como linguagens de programação e aplicativos que possibilitarão o aprimoramento dos serviços de informática do Ministério Público.

Apesar dos cursos realizados não terem sido projetos internos do CEAf, é importante relatá-los devido à relevância dos assuntos para a Instituição. Foram 61 participantes, em sua grande maioria servidores lotados nas Unidades da Divisão de Informática.

- Designing Cisco Internetwork Solutions (DES-GN)
- Implementing Cisco Works LMS (CWLMS)
- Implementing Cisco Quality of Service (QoS)
- Red Hat Linux System Administration (RH131)
- Red Hat Networking and Security Administration (RH253)
- Configuring and Troubleshooting Windows Server 2008 Active Directory Domain Services (MS6425)
- Configuring and Troubleshooting Identity and Access Solutions with Windows Server 2008 Ac-

tive Directory (MS6426)

- Gerenciando ambiente controlado por Microsoft Windows Server 2003 (MS2147/2274)
- Check Point Security Administration R70 (CCSA)
- Check Point Security Expert R70 (CCSE)
- Lógica de Programação e Modelagem de Dados e SQL
- Desenvolvimento de Aplicativos Web em PHP
- Análise e Projeto Orientado a Objetos (OO226)
- Administração de Videoconferência
- Linux Professional - Conceitos Instalação e Administração v.11 (SSLXPC)
- Linux Professional - Serviços de Internet v.11 (SSLXPI)
- Linux Professional - Administração Avançada v.11 (SSLXPA)
- Gestão da Segurança da Informação – NBR 27001 e NBR 27002
- Análise Forense
- Installing and Configuring Windows 7 Client (MS 6292)



- Fundamentals of Windows Server 2008 Active Directory (MS 6424)
- Java SE – Fundamentos de Orientação a Objetos
- Java EE – JSP e SERVLETS
- JavaBeans, Padrões de Projeto, JSP Avançado e JSF
- TS610 – IBM Tivoli Storage Manager 6.1 Implementation and Administration
- IBM System Storage Ts 3500 Tape Library for Open System
- SL500 – Padrões de Projeto J2EE (Java)
- Internet Via Rádio e Cidades Digitais Wireless 2,4 Ghz e 5,8 Ghz
- Curso Técnico PO 11 g Programação em PL/SQL
- Curso SSLXAI – Configurando Solução de Firewall e Acesso a Internet
- TS620 - IBM Tivoli Storage Manager (TSM) 6.1 Avançado Administração, Ajuste e Determinação de Problemas



Programa de Assessoramento Técnico

Banco de Dados dos Preços de Bens e Serviços Necessários à Administração Municipal

Com o objetivo de disponibilizar ferramentas que facilitem a identificação de possíveis irregularidades na aquisição de bens e serviços pelas administrações municipais, o Ministério Público do Estado do Rio Grande do Sul firmou convênio com a Caixa Econômica Federal para disponibilizar acesso às informações registradas no Sistema Nacional de Pesquisa de Custos e Índices (SINAPI-SIPCI), sistema de pesquisa mensal que informa custos e índices da construção civil.

O acesso a esse sistema tornou-se um projeto estratégico no Gestão Estratégica denominado “Banco de Dados de Preços de Bens e Serviços Necessários à Administração Municipal”. Para que o projeto fosse concluído, estruturou-se uma capacitação específica para habilitar os técnicos da Divisão de Assessoramento Técnico (DAT) na operação do SINAPI-SIPCI. O curso foi realizado pela facilitadora Silvia Regina Merendas, designada pela Caixa Econômica Federal.

Realização: 5 e 6 de abril

Carga Horária: 16 horas

Nº de participantes: 8

Local: CEAF

Além deste projeto realizado no CEAF, cabe relacionar os demais eventos (cursos, congressos, encontros, palestras, etc.) que contaram com a participação de membros e servidores e que estão igualmente ligados aos objetivos do programa Assessoramento Técnico. São eles:

- XXVIII Congresso Brasileiro de Zoologia
- III Encontro Nacional do Serviço Social no Ministério Público
- Reavaliação e Depreciação de Ativos na Contabilidade Aplicada ao Setor Público
- Patrimônio - Controles Internos dos Bens Patrimoniais nos Municípios Frente às Novas Exigências
- X Encontro Estadual de História - “ANPUH – RS”
- 2º SABMar – Simpósio de Biologia Marinha
- XIII Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais



Banco de Dados dos Preços de Bens e Serviços Necessários à Administração Municipal



- V Congresso Brasileiro Mastozoologia
- Identificação e Avaliação de Aspectos e Impactos Ambientais
 - Ensaios de Toxicidade em Afluentes Industriais – Resolução CONSEMA nº 129/2006
- XXI Congresso Brasileiro de Medicina Legal e X Congresso Brasileiro de Ética e Odontologia Legal
- V Jornada Técnica em Sistemas de Produção de Bovinos de Corte e Pecuária Produtiva
 - Curso de Recuperação de Áreas Degradadas - PRAD
- XXVIII Congresso Brasileiro de Psiquiatria
- VIII Simpósio Nacional sobre Recuperação de Áreas Degradadas
- Copa 2014 - Controle de Parcerias Público-Privadas
- 54º Congresso Internacional da IFHP
- XIII Simpósio Nacional de Auditoria de Obras Públicas



Programa de Atendimento

Excelência no Atendimento

Com o objetivo de sensibilizar os participantes para a importância da qualidade e excelência no atendimento ao cidadão, este projeto foi concebido em parceria com o Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial (SENAC), que ofereceu o curso in company. Destaca-se, para projetos com esse assunto, a importância dada pela Instituição, demonstrada através de um dos seus objetivos estratégicos: *Aprimorar o Atendimento ao Público*.

Voltado aos servidores que atendem ao público, lotados na Capital, o curso foi conduzido pela consultora Gilca Marchesan Bellaguarda, especialista em marketing da Marchesan e Werner Consultoria e parceira do Sebrae-RS.

Realização: 8 e 9 de fevereiro

Carga Horária: 8 horas

Nº de participantes: 14

Local: CEAF

Técnicas de Serviços para Commis

Nos eventos em geral promovidos pela Instituição, nas reuniões no gabinete da Procuradoria-Geral de Justiça e em outras situações diversas dispõe-se de pessoal contratado para realizar serviços como servir água e café aos presentes. Para adaptá-los às necessidades da Instituição e padronizar a execução das tarefas realizadas por estes profissionais, desenvolveu-se este projeto com o objetivo de capacitar os participantes para bem servir no que diz respeito à postura, ao comportamento e as técnicas utilizadas.

Dividido em 3 turmas, o facilitador foi o Sr. João Baptista Pinto Netto, professor do Curso Superior de Gastronomia da UNISINOS e assessor do MP/RS.

Realização: 3, 4, 5, 10 e 11 de fevereiro

Carga Horária: 8 horas

Nº de participantes: 43

Local: CEAF



Atendimento ao cidadão

O atendimento ao público está entre as atividades mais frequentes e usuais das pessoas que trabalham nas organizações em geral. Especialmente no Ministério Público, instituição defensora dos direitos da sociedade, o atendimento dado às pessoas deve fundamentar-se no respeito, na ética e no compromisso social. Para tanto, com a finalidade de qualificar o atendimento prestado ao cidadão no que se refere aos aspectos comportamentais e posturais dos servidores, organizou-se este projeto em parceria com a Escola Nacional de Administração Pública (ENAP) do Governo Federal.

Disponibilizado por meio da metodologia do ensino a distância (EaD), o curso foi oferecido em duas turmas que contaram com a participação de mais de 150 servidores.

Turma 1

Realização: 10 a 31 de maio

Carga Horária: 20 horas

Nº de participantes: 89

Local: Ambiente Virtual (ENAP)

Turma 2

Realização: 12 de julho a 2 de agosto

Carga Horária: 20 horas

Nº de participantes: 64

Local: Ambiente Virtual (ENAP)



Programa de Áreas Administrativas

Formação de Facilitadores do Propad

A padronização de rotinas e procedimentos, imprescindível a qualquer sistema de gestão, impõe critérios objetivos às decisões administrativas para destinação e priorização dos seus recursos. Nesse sentido, o Projeto de Padronização e Organização Administrativa das Promotorias de Justiça (PROPAD) insere-se tanto na filosofia de reforma gerencial da administração pública, largamente difundida, quanto nos princípios adotados pela Administração Superior, já que se trata de um dos projetos desenvolvidos na Gestão Estratégica do Ministério Público, associado ao cumprimento do objetivo “Melhorar a estrutura orgânica e a gestão administrativa”.

Com o desenvolvimento do projeto piloto de implantação do PROPAD, durante o ano de 2009, percebeu-se que a metodologia de implantação mais eficaz deveria ser realizada em três momentos temporais distintos: capacitação dos facilitadores, capacitação dos Promotores de Justiça e Diretores de Promotoria de Justiça e a adequação dos procedimentos nas Promotorias de Justiça.

Neste projeto, desenvolveu-se treinamento específico para capacitar os servidores para que eles se tornassem facilitadores do PROPAD em suas Promotorias de Justiça, auxiliando na adequação aos procedimentos operacionais padrão e na manutenção do padrão estabelecido.

Os treinamentos ocorreram nas instalações do Centro de Estudos e Aperfeiçoamento Funcional, sendo dez turmas organizadas de acordo com as regiões administrativas, estabelecidas para efeito de descentralização e regionalização da gestão do Ministério Público. Atuaram como facilitadores no curso a equipe do projeto de padronização, constituída pela Dra. Martha Silva Beltrame, Promotora-Assessora coordenadora do PROPAD, e pelos seguintes servidores: Adriano de Castro Silveira, Aloysio Steffens Wood, Edson Avelino Bernardi Viana, Fabiana Bauermann Bauer, Gabriela Vieira Vargas, Heloisa Regina Rohenkohl do Canto, Luiz Afonso Alencastre Escosteguy, Marcelo Wildner da Cunha, Marcio Vieira Fagundes, Maria de Fátima Gueiral Figueiredo Maffei e Maria Luiza Gazzzi Costa.



Formação de Facilitadores do Propad



Formação de Facilitadores do Propad



Formação de Facilitadores do Propad



Turmas	Carga horária	Regional	Realização	Nº partic.
1	24 horas	R1 - Missões R2 - Médio Uruguai	16 a 18 de março	22
2		R2 - Médio Uruguai R3 - Planalto	6 a 8 de abril	17
3		R3 - Planalto R4 - Alto Jacuí R5 - Serra	27 a 29 de abril	30
4	16 horas	R5 - Serra R6 - Vale do Taquari R7 - Campos de Cima da Serra	18 e 19 de maio	23
5		R7 - Campos de Cima da Serra R8 - Vale do Rio Pardo R9 - Central	16 e 17 de junho	29
6		R1 - Missões R2 - Médio Uruguai R3 - Planalto R9 - Central R10 - Fronteira Oeste R12 - Sul	30 de junho e 01 de julho	23
7		R1 - Missões R2 - Médio Uruguai R3 - Planalto R9 - Central R10 - Fronteira Oeste R12 - Sul	10 e 11 de agosto	24
8		R2 - Médio Uruguai R6 - Vale do Taquari R7 - Campos de Cima da Serra R9 - Central R11 - Campanha R12 - Sul R13 - Litoral	24 e 25 de agosto	20
9	16 horas	R14 - Região Metropolitana R15 - Região Metropolitana do Delta do Jacuí	09 e 10 de setembro	29
10		R1 - Missões R2 - Médio Uruguai R4 - Alto Jacuí R6 - Vale do Taquari R7 - Campos de Cima da Serra R12 - Sul R13 - Litoral R14 - Região Metropolitana R15 - Região Metropolitana do Delta do Jacuí	05 e 06 de outubro	28



Sistema de Gestão Orçamentária (SGO)

A realidade institucional exigiu que fosse utilizado um sistema de informações gerenciais para registro de dados e busca de informações sobre aspectos orçamentários. Sendo assim, a Divisão de Informática desenvolveu o Sistema de Gestão Orçamentária (SGO), baseando-se em experiência exitosa do Tribunal de Contas do Estado do Rio Grande do Sul.

Neste ambiente, e com o objetivo de aperfeiçoar a construção da peça orçamentária institucional, foi necessário realizar um curso para capacitar membros e servidores em aspectos teóricos sobre orçamento público e na utilização do referido sistema.

Organizado para ser realizado em um turno

de capacitação, o curso de Sistema de Gestão Orçamentária (SGO) envolveu a participação de membros, coordenadores de Promotorias de Justiça e servidores convocados. Na parte teórica do curso atuaram como facilitadores os servidores Ana Cristina Schaurich Aguiar, Daniela Fettermann Schultz, José Luiz da Silva Araújo e Paula Emília Brusafarro, todos da Assessoria de Planejamento e Orçamento. Os mesmos servidores atuaram como facilitadores na parte prática, com a equipe de treinamento sendo reforçada pelos servidores Rodrigo Dias Rivera e Paulo Roberto de Miranda Samarani, da Divisão de informática, Lúcio Baumgarten Cáceres, da Direção-Geral, e Manoel Luiz Hernandez Garcia da Unidade de Pagamento de Pessoal.

Turmas	Carga horária	Público-alvo	Realização	Nº partic.
1	3 horas e 30 minutos	Servidores	07 de junho (tarde)	31
2			08 de junho (manhã)	13
3			08 de junho (tarde)	10
4			09 de junho (manhã)	14
5			09 de junho (tarde)	13
6			10 de junho (manhã)	30
7			10 de junho (tarde)	27
8			11 de junho (manhã)	31
9	7 horas	Fornecedores	14 de junho	26





Digitalização de Documentos de Arquivo

A Divisão de Documentação/Unidade de Arquivo está trabalhando de forma interdisciplinar, com a Divisão de Informática no projeto Gestão Eletrônica de Documentos - Arquivo, projeto estratégico. Assim sendo, organizou-se esta capacitação com a finalidade de fornecer subsídios aos servidores no que se refere ao entendimento sobre conceitos, complexidade, fragilidades, gerenciamento, estratégias e políticas para a digitalização e preservação da documentação digital, além de proporcionar a prática supervisionada da digitalização de documentos.

Participaram do curso servidores da Divisão de Documentação, sobretudo da Unidade de Arquivo, da Divisão de Informática, da Divisão de Recursos Humanos e da Divisão de Desenvolvimento Organizacional. Como facilitadores, atuaram os senhores Alex Pereira de Holanda e Gérson Pereira, ambos servidores do Arquivo Nacional.

Realização: 9 e 10 de novembro

Carga Horária: 12 horas

Nº de participantes: 27

Local: CEAF



Digitalização de Documentos de Arquivo



Programa de Pós-Graduação

O Programa de Pós-Graduação, alicerçado no princípio de que o aprimoramento funcional através do aprofundamento de conhecimentos intrínsecos e necessários à atuação ministerial é fundamental para o contínuo aperfeiçoamento dos serviços prestados pelo Ministério Público do Rio Grande do Sul à sociedade, ofereceu no corrente ano, nos moldes do Provimento

01/2010, bolsas parciais para realização de cursos, tanto de stricto sensu quanto lato sensu, em instituições de ensino superior de reconhecida qualificação técnico-científica. Durante este ano, além do pagamento das doze bolsas concedidas em períodos anteriores, outros três membros fizeram jus ao auxílio.

Pós-Graduação	Instituição	Nº partic.
Doutorado em Direito	UNISINOS	2
Doutorado em Ciências Sociais		1
Doutorado em Filosofia		1
Mestrado em Direito	PUCRS	1
Mestrado em Direito	UCS	1
Mestrado em Direito	UNISC	1
Especialização em Direito Penal e Processual Penal	FMP	3
Especialização em Direitos da Criança e do Adolescente		1
Especialização em Gestão Pública		1
Especialização em Direito do Estado	UFRGS	1
Especialização em Direito Ambiental Nacional e Internacional	UFRGS	1
Especialização em Direito Sanitário	ESCOLA DE SAÚDE PÚBLICA/UNISINOS	1



Programa: Outras Demandas

Meio Ambiente: Conscientização e Prática

Para focar um tema priorizado pelo Ministério Público, sentiu-se a necessidade da adoção de uma nova abordagem do assunto, no que se refere a treinamento. O conteúdo, disponibilizado por meio da metodologia do ensino a distância (EaD), foi elaborado com um viés mais amplo voltado à conscientização ambiental. Para 2010 foram abertas duas turmas para os membros e servidores da Instituição.

Além da importância ecológica, cabe ressaltar, que o projeto vai ao encontro do objetivo estratégico Garantir a proteção dos recursos hídricos.

Turma 1

Realização: 22 de março a 1 de abril

Carga Horária: 3 horas

Nº de participantes: 138

Local: Ambiente Virtual

Turma 2

Realização: 2 a 13 de agosto

Carga Horária: 3 horas

Nº de participantes: 92

Local: Ambiente Virtual

Treinamento em Brigada de Incêndio

Atendendo determinação contida no Provimento 27/2010 de 05 de agosto de 2010, o Treinamento em Brigada de Incêndio partiu de proposta feita pela Assessoria de Segurança Institucional com os seguintes objetivos: padronizar as atribuições e responsabilidades de cada brigadista dentro da estrutura da brigada de incêndios; nivelar o conhecimento teórico e prático dos integrantes da Brigada de Incêndio para atuarem com segurança e eficiência em princípios de incêndio; padronizar os procedimentos de prevenção de incêndios dentro da edificação; proporcionar aos brigadistas o treinamento necessário para operar e inspecionar corretamente os equipamentos de combate a incêndio existentes na edificação, dentro de suas atribuições; proporcionar o conhecimento mínimo de primeiros socorros e suas aplicações nas situações de emergência; e, dar conhecimento aos integrantes da brigada de incêndio do plano de segurança institucional (contra incêndio) aplicado às instalações da PGJ.

O curso contou com vários assuntos, como técnicas de prevenção de incêndios, manuseio de extintores de água, pó químico, CO₂, espuma e



Treinamento em Brigada de Incêndio



Treinamento em Brigada de Incêndio



outros, equipamento de proteção individual, entre outros temas relacionados ao módulo “Combate a Incêndio”. Em outro conjunto de tópicos relacionados ao módulo “Primeiros Socorros”, discutiram-se temas como ventilação artificial e compressão cardíaca externa, desfibrilação semi-automática externa, classificação e tratamento de hemorragias, etc.

Com um total de 20 horas/aula, foram realizadas aulas teóricas e práticas na sede institucional do MP-RS, na Escola de Bombeiros e CEAF.

Realização: outubro, novembro e dezembro

Carga Horária: 20 horas

Nº de participantes: 58

Local: sede institucional do MP-RS e Escola de Bombeiros e CEAF.

Palestra de Final de Ano: “Ética no Serviço Público”

Oportunizar momentos de reflexão acerca do conceito de moral, moralismo e ética, ressaltando as tangências com a prática profissional no serviço público, foi o objetivo do Centro de Estudos e Aperfeiçoamento Funcional para a construção do projeto.

A palestra, realizada no Auditório Mondercil Paulo de Moraes, contou com a presença do renomado professor Clóvis de Barros Filho, palestrante reconhecido nacionalmente já tendo participado de trabalhos expressivos em inúmeros congressos, seminários e encontros pelo país. Doutor em Ciências da Comunicação pela Universidade de São Paulo (2002), o Professor Clóvis atua atualmente como docente daquela Universidade, além de ser conferencista pelo Espaço Ética.

Foram mais de 190 participantes, dentre membros, servidores, estagiários e terceirizados do Ministério Público do Rio Grande do Sul.

Realização: 03 de dezembro

Carga Horária: 2 horas

Nº de participantes: 195

Local: Auditório Mondercil Paulo de Moraes



Palestra de Final de Ano: “Ética no Serviço Público”



Palestra de Final de Ano: “Ética no Serviço Público”



Palestra de Final de Ano: “Ética no Serviço Público”



■ ■ Considerações Finais

No decorrer do ano de 2010, além dos projetos relatados e desenvolvidos internamente, tramitaram pelo CEAF pedidos de compras de vagas para diversos cursos oferecidos no mercado. Foram realizados 152 projetos educacionais distintos distribuídos em 212 turmas, totalizando 3.673 participantes em 6.341 horas de atividades.

